

NÓS ENTRE MULHERES: MOVIMENTO FEMINISTA, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E LUTA REVOLUCIONÁRIA - BRASIL E PORTUGAL (1974-1975)¹

Vitória Maria de Sousa², Reinaldo Lindolfo Lohn³

¹ Vinculado ao projeto “Transição democrática e conexões internacionais: o Brasil na imprensa portuguesa (1974 – 85) 2a. Etapa”.

² Acadêmica do Curso de História — FAED — Bolsista PIBIC/CNPq - vitoria.sousa@edu.udesc.br

³ Orientador, Departamento de História — FAED — reinaldo.lohn@udesc.br

Entre 1974 e 1975, Portugal viveu um período político complexo conhecido como “Revolução dos Cravos”, após um golpe de Estado que derrubou o regime ditatorial salazarista e transformou-se em seguida em um processo revolucionário. Simultaneamente, no Brasil, iniciava-se uma lenta transição política, ainda sob a ditadura militar (1964-1985). Assim, enquanto dois países lusófonos enfrentavam processos políticos distintos, diferentes disputas e lutas sociais conectavam-se dos dois lados do Oceano Atlântico. No continente africano, as lutas anticoloniais alcançavam seu auge com a independência de Angola e Moçambique no ano de 1975. Este trabalho busca situar a transição política brasileira dentro de um contexto de conexões internacionais, identificando pontos de interseção entre processos simultâneos. Para tanto, a investigação envolve a leitura de textos e matérias publicados em jornais e semanários da imprensa portuguesa como base para identificar as conexões entre esses processos, localizando no material pesquisado alguns dos repertórios políticos que circulavam na imprensa portuguesa. Dessa maneira, pretende-se evidenciar o impacto das ideias e concepções de democracia, lutas sociais e direitos humanos no Brasil. Durante a investigação, analisei matérias encontradas em 114 páginas do semanário “Expresso” ao longo do ano de 1975. O material coletado na imprensa portuguesa teve seu conteúdo sistematizado com a utilização do aplicativo Tropy, o que permitiu organizar as matérias em alguns temas: terceiro-mundismo, internacionalismo e movimentos sociais, comunidade lusófona, mundo atlântico, direitos humanos, revolução e transição, entre outras. Outro importante procedimento de sistematização dos resultados da pesquisa é a utilização do programa Nvivo, o qual possibilita o cruzamento dos conteúdos encontrados na investigação, permitindo o aprofundamento da interpretação histórica. O processo de pesquisa permite apontar que em Portugal, durante o período, várias correntes políticas de esquerda ganharam força nas ruas, buscando garantir uma participação significativa na construção de formas alternativas de democracia ou potencialmente revolucionárias. Posteriormente, contudo, iniciou-se um processo de “consolidação democrática”, no qual a socialdemocracia, já predominante em outros países europeus, consolidou-se como a principal força política portuguesa. Mesmo após o insucesso dos revolucionários de esquerda, diferentes repertórios de mobilização social, como as manifestações antifascistas, anti-imperialistas e terceiro-mundistas, continuaram a circular e influenciar a cena política, constituindo um ativismo transnacional conectado. Nesse cenário, é possível identificar diversos movimentos sociais que se manifestam internacionalmente, formando nós que entrelaçavam diferentes frentes de luta transnacionais. Uma importante mobilização ocorreu no âmbito do movimento feminista, tendo 1975 como ano chave, considerado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). É possível identificar, a partir da investigação, que naquele ano diversas matérias puseram em

pauta a luta das mulheres pela emancipação no movimento revolucionário e, para além disso, numa perspectiva emancipatória global. Um desses episódios foi a “Semana Internacional de Solidariedade sobre os problemas da Mulher”. Ativistas e militantes brasileiras como Joana Almeida, Marta Alves e Maria Ribeiro ocuparam espaço no periódico para tratar sobre “a questão feminina”, tomando-a como “parte do esforço maior do movimento revolucionário brasileiro no sentido de desenvolver a crítica marxista à totalidade da sociedade e da ditadura vigentes no Brasil” (Libertação da mulher..., 1975, p. 19). Percebe-se, neste caso, assim como em outros que a investigação tem revelado, a constituição de diferentes formas de ativismo transnacional que assumiam repertórios de mobilização social capazes de atravessar fronteiras e conectar as perspectivas e as demandas democráticas em diferentes países. Tal constatação permite situar as lutas e outras formas de engajamento então em curso no Brasil, conduzidas por diferentes movimentos e organizações políticas, em um âmbito transnacional, ampliando as possibilidades de interpretar e delinear o processo de transição política então em curso, ainda sob a vigência da ditadura militar. O movimento feminista de então pode ser considerado um ponto de encontro entre lutas democráticas e libertárias transnacionais, conectando os países de terceiro-mundo, especialmente da América Latina e do continente africano – que estavam em quase totalidade sob ditaduras militares ou movimentos de independência – para discutir e construir alternativas políticas que ultrapassavam as fronteiras nacionais. As lutas contra as opressões, neste sentido, ganhavam uma conotação emancipatória. A situação das mulheres em âmbito internacional, incluindo países sob a influência da então União Soviética, inspirava lutas que se situavam no âmbito de uma sensibilidade política terceiro-mundista. Isso situava a emancipação das mulheres como dimensão necessária da imaginação de novas formas de engajamento e participação social.

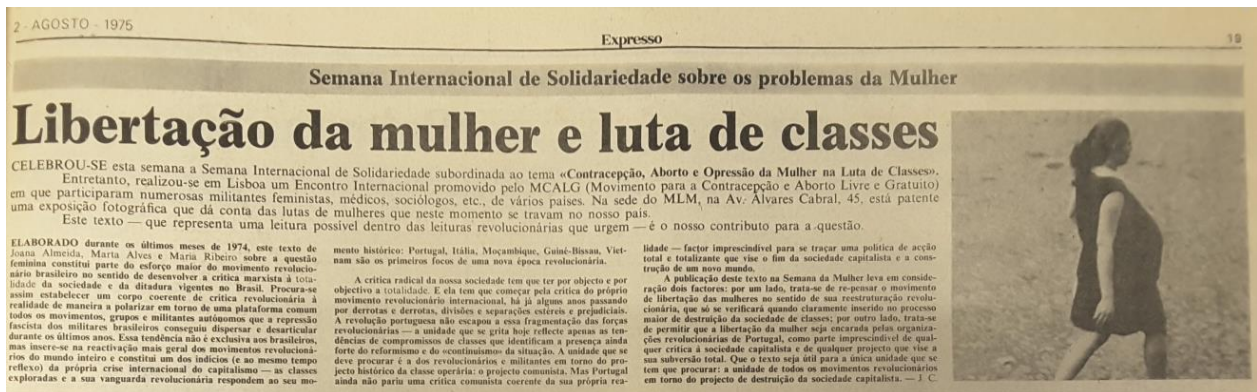


Figura 1. Recorte do semanário Expresso, 02 ago. 1975, p. 19.

Palavras-chave: Países lusófonos. Movimento Feminista. Terceiro-mundismo.